COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

PROJETO DE LEI Nº 5.567, DE 2005

Altera o Decreto-Lei nº. 667, de 1969, acrescentando o art. 11-A prevendo o afastamento para acompanhar cônjuge para os policiais militares e bombeiros militares.

Autor: Deputado **CAPITÃO WAYNE**

Relator: Deputado **ALBERTO FRAGA**

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº. 5.567/2005 altera o Decreto-Lei nº. 667, de 02 de julho de 1968, que reorganiza as polícias militares e os corpos de bombeiros militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal, concedendo licença ao policial militar estável para acompanhar o cônjuge, ou companheiro em que seja reconhecida a união estável, que se desloque a serviço para outra Unidade da Federação, para o exterior, ou em cumprimento ao exercício de mandato eletivo. A proposição ainda dispõe que o gozo da licença implica prejuízo na remuneração e na contagem de tempo de serviço, e que a sua duração será regulada a critério do respectivo Comandante-Geral.

Em sua justificação, o Autor se reporta à disposição prevista no art. 226, da Constituição Federal, referente à proteção especial à família, devida pelo Estado. Aponta também disposição constante do Regime Jurídico Único, que assegura aos funcionários públicos civis da União licença similar à que propõe em sua iniciativa.

Em Despacho datado de 18/07/2005, a proposição foi distribuída à apreciação da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, nos termos em que dispõem os arts. 24, inciso II, e 54, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD).

No prazo regimental, a proposição recebeu uma emenda do autor da proposta perante esta Comissão Permanente.

É o Relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O Projeto de Lei nº. 5.567/2005 foi distribuído a esta Comissão Permanente por tratar de assunto referente às instituições policiais e bombeiros militares, nos termos em que dispõe o art. 32, do RICD.

Concordamos inteiramente com a pretensão e com os argumentos apresentados pelo Autor em sua justificativa, bem como endossamos a emenda substitutiva que tem a finalidade de estender o mesmo direito aos integrantes dos Corpos de Bombeiros Militares. Efetivamente, o Decreto-Lei nº 667/1969 permanece defasado em relação a disposições constantes da Constituição Federal de 1988, que inovou o ordenamento jurídico ao garantir a igualdade de direitos entre homens e mulheres:

- dentro da sociedade conjugal;
- no acesso aos quadros das instituições públicas.

A Lei nº. 8.112/1990 (Regime Jurídico Único), mais recente, já prevê a possibilidade de que sociedades conjugais sejam constituídas por servidores públicos sujeitos, cada um deles, à eventualidade de transferências decorrentes da necessidade do serviço, o que determina ao outro cônjuge, homem ou mulher, a conveniência de acompanhá-lo em benefício da preservação dos laços familiares. A saber:

“Art. 84. Poderá ser concedida licença ao servidor para acompanhar cônjuge ou companheiro que foi deslocado para outro ponto do território nacional, para

o exterior ou exercício de mandato eletivo dos Poderes Executivo e Legislativo.”

É de se concluir, portanto, pela oportunidade e pela conveniência de que sejam afinal atualizadas as disposições do Decreto- Lei nº 667/1969, no sentido de que também seja assegurado aos policiais e bombeiros militares um direito que já é concedido aos servidores públicos civis da União.

Do exposto, e por concordarmos com o mérito da proposição, somos pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei nº 5.567/2005, nos termos da emenda substitutiva apresentada.

Sala da Comissão, em 19 de setembro de 2005.

Deputado **ALBERTO FRAGA**
Relator